



RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA RELATIVO AO ANO DE 2019

1. ESTRUTURA JURÍDICA E PROPRIEDADE

A sociedade CRC - COLAÇO, ROSA, COELHO & ASSOCIADO, SROC, LDA., tem a forma jurídica de sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

O capital social é de 65.500 euros e está representado por quatro quotas do valor a seguir indicado:

	<u>Quotas</u>
Alexandre da Paixão Coelho, ROC N.º 399	9.700 euros
Luís Manuel da Silva Rosa, ROC N.º 628	27.100 euros
Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço, ROC N.º 938	27.000 euros
Francisco Henrique Albuquerque de Fezas Vital (sócio não ROC)	1.700 euros

A sociedade está inscrita com o N.º 89 na Lista de Revisores Oficiais de Contas, encontra-se registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o N.º 20161416. Está matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o N.º 502 644 370.

2. ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO

Dada a natureza jurídica da sociedade, a sua administração é coletiva, sob a forma de gerência, a qual está a cargo de todos os sócios Revisores, obrigando-se a sociedade com a assinatura de dois gerentes, salvo nos atos de mero expediente, caso em que basta uma simples assinatura.

Os documentos de natureza técnico-profissional, tais como certificações legais de contas, relatórios de auditoria ou outros, sejam eles emitidos no âmbito do exercício de funções de interesse público ou noutro âmbito, são sempre assinados pelo sócio responsável pelo trabalho.

A aceitação de novos clientes e a manutenção de certos clientes de risco elevado exigem a aprovação de dois sócios.

O sócio Luís Manuel da Silva Rosa é responsável pela operacionalização e monitorização do sistema de controlo de qualidade interno, bem como partilha com a sócia Maria Fernanda Colaço a responsabilidade pela gestão administrativa da sociedade.

A sócia Maria Fernanda Barreto Mendonça acumula as funções de responsável pela formação profissional dos recursos humanos da sociedade, bem como pelo recrutamento e avaliação do pessoal.

O sócio Alexandre da Paixão Coelho participa na monitorização do sistema de controlo de qualidade interno.

3. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO DE QUALIDADE

Cultura da Firma e Compromisso Vindo do Topo

Todos os sócios têm carreiras profissionais desenvolvidas em organizações internacionais de auditoria, detendo, por via dessas raízes, uma cultura homogénea e uma prática profissional alicerçada nos mais altos padrões profissionais e éticos. Tais padrões são incutidos e exigidos a todos os colaboradores, na sua prática profissional quotidiana, independentemente da natureza dos trabalhos e da dimensão dos mesmos.

Aceitação e Continuidade de Clientes

De um modo geral, a aceitação de novos clientes e a sua continuidade é precedida de apreciação prévia por dois sócios, pelo menos, sobretudo em trabalhos de elevada complexidade técnica, de elevada dimensão ou de risco elevado. Novos clientes de grande dimensão, exigindo a afetação de recursos humanos numerosos, implicam uma consulta alargada a todos os sócios em exercício de funções.

Independência e Conflito de Interesses

Está instituída na empresa a orientação, dirigida aos sócios e aos colaboradores, do dever de identificar e comunicar ao sócio responsável qualquer situação potenciadora de conflito de interesses ou de diminuição de independência, cabendo aos sócios em exercício deliberar sobre a substituição do sócio ou colaborador que se encontre nessa situação.

Assessoria de Peritos

A sociedade tem um acordo com uma organização de consultores fiscais, de quem recebe apoio sobre matérias fiscais, seja por intervenção conjunta em certos trabalhos de maior complexidade fiscal, seja por apoio sistemático de carácter informativo dado a todos os colaboradores. Dependendo da natureza da atividade dos clientes, a sociedade pode adicionalmente e com carácter pontual recorrer a consultores especializados nas áreas financeiras, atuariado, informática, imobiliário, etc.

Revisões Independentes

As revisões independentes dos trabalhos são feitas em conformidade com as regras definidas no Sistema Interno de Controlo de Qualidade (SICQ). Estão a cargo de um sócio que não tenha intervindo no trabalho, mediante o uso de formulário apropriado denominado “Questionário de Revisão Independente”.

Como atrás se referiu, a SROC tem instituídos sistemas de controlo interno adequados, pelo que declaramos, para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 140/2015, que o sistema de controlo interno implementado funciona de forma eficaz.

Metodologia da Auditoria e Ferramentas Utilizadas

As auditorias são realizadas de acordo com os procedimentos de auditoria geralmente adotados, em conformidade com as Normas e Diretrizes da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. A metodologia adotada é a seguinte:

Conhecimento do Negócio, compreendendo

- ♦ Prévia recolha e apreciação crítica de factos significativos, dos sistemas contabilísticos e de controlo interno, e dos fatores internos e externos que condicionam a estrutura organizativa e a atividade exercida pela entidade
- ♦ Identificação de acontecimentos, transações e práticas que possam ter um efeito materialmente relevante sobre as demonstrações financeiras
- ♦ Fatores económicos gerais e condições do sector de atividade que afetam o negócio da entidade
- ♦ Características importantes da entidade, as suas atividades, as suas estratégias, o seu desempenho financeiro e os requisitos dos vários tipos de relato
- ♦ Estrutura do órgão de gestão e delegação de competências.

Conhecimento dos Sistemas Contabilístico e de Controlo Interno, compreendendo

- ♦ Levantamento e avaliação dos sistemas contabilístico e de controlo interno e definição de testes de controlo e/ou procedimentos substantivos (testes a transações e saldos)
- ♦ Políticas contabilísticas adotadas e as alterações a tais políticas
- ♦ O efeito de novos sistemas / procedimentos (normas, directrizes, interpretações, etc.) contabilísticos ou de revisão/auditoria

Risco e Materialidade, compreendendo

- ♦ Estimativas esperadas dos riscos inerente e de controlo e a identificação de áreas de auditoria significativas
- ♦ Estabelecimento de níveis de materialidade para a revisão/auditoria
- ♦ Indícios de distorções materialmente relevantes ou de fraudes
- ♦ Identificação de áreas contabilísticas complexas, incluindo as que envolvam estimativas contabilísticas

Natureza, Tempestividade e Extensão dos Procedimentos, compreendendo

- ♦ Testes ao funcionamento dos controlos internos ao longo do período para avaliar se estão ou não adequadamente concebidos para detetar distorções materialmente relevantes nas asserções contidas nas demonstrações financeiras e avaliar a forma, a consistência e por quem foram aplicados os controlos durante o período de auditoria
- ♦ Épocas em que os trabalhos de auditoria devem ser efetuados (no decorrer do exercício ou no final do ano)

Todos os técnicos de auditoria dispõem de computador portátil, email e acesso móvel à Internet. As ferramentas utilizadas na realização das auditorias consistem fundamentalmente das aplicações Microsoft (Excel, Word, Power Point), incentivando-se o uso do computador para a seleção de amostras, bem como a compilação e tratamento de dados financeiros colhidos dos sistemas informáticos das empresas.

Nos casos relevantes são utilizados terminais dos clientes com o acesso para consulta pelos técnicos.

Controle da Eficácia do Sistema de Controlo de Qualidade

Desde Fevereiro de 2009, a sociedade tem instituído um Sistema Interno de Controlo de Qualidade (SICQ) que cobre designadamente: (i) os trabalhos de maior complexidade, aferida pela natureza do negócio/atividade, (ii) os trabalhos de maior dimensão, (iii) os trabalhos de empresas ou entidades sob tutela da CMVM e, além disso, (iv) os trabalhos que comportem risco profissional elevado, aferido pela situação económica e financeira da empresa ou entidade.

Têm sido realizados regularmente procedimentos e relatórios de monitorização do Sistema Interno de Controlo de Qualidade.

4. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INDEPENDÊNCIA

Está instituída na sociedade a prática de avaliação, relativamente aos sócios ou colaboradores da sociedade, de situações que possam configurar, direta ou indiretamente, conflito de interesses ou quebra de independência em trabalhos em empresas ou entidades, originadas designadamente por relações pessoais ou económicas com as respetivas empresas ou entidade ou colaboradores delas. No âmbito do SICQ certos trabalhos são sujeito a revisão por um sócio independente.

A análise de potenciais ameaças à independência é feita desde logo na altura da contratação do serviço; posteriormente, nos trabalhos recorrentes, é feita uma indagação sobre factos supervenientes que potenciem diminuição ou quebra de independência. Declaramos, assim, para cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 140/2015, que as práticas profissionais adotadas por esta SROC salvaguardam o dever de independência previsto na dita norma legal.

5. POLÍTICAS E PRÁTICAS ADOPTADAS NA FORMAÇÃO CONTÍNUA DOS SÓCIOS E COLABORADORES PARTICIPANTES EM TRABALHOS DE AUDITORIA

Está institucionalizada na SROC a realização anual de ações de formação, seja para novos auditores seja para os colaboradores experientes, cobrindo as matérias de maior interesse para a profissão, ou seja, auditoria, contabilidade e fiscalidade.

Todo os colaboradores são obrigados a participar em ações de formação organizada internamente ou por entidades externas idóneas, de, pelo menos, 20 horas/ano. Os sócios estão abrangidos pelo regime obrigatório de formação fixado no Regulamento de Formação da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Os colaboradores são incentivados e são-lhe dadas as devidas condições para estágios de acesso a ROC e outras valorizações académicas/pós-graduações.

6. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

O volume de negócios no ano de 2019 totalizou 431.028 euros, assim repartidos:

	<u>Euros</u>	<u>%</u>
Honorários auferidos pela revisão legal das contas individuais e consolidadas	395.325	92
Honorários auferidos por outros serviços de garantia e fiabilidade	1.200	-
Outros serviços não relacionados com a revisão / auditoria	<u>34.503</u>	<u>8</u>
	<u>431.028</u>	<u>100</u>

Os honorários relativos à Revisão de Contas / Auditoria de EIP ascenderam em 2019 a 49.185 euros. Não foram faturados outros honorários quer de consultoria quer de fiscalidade a EIP no decurso de 2019.

Outras informações financeiras relevantes, relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2019:

	<u>Euros</u>
Gastos com o Pessoal	258.967
Fornecimentos e Serviços Externos	152.201
Capital Próprio	81.161
Total do Ativo	218.055

O quadro técnico é constituído por 10 colaboradores.

7. BASE DE REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS

Todos os sócios em efetividade de funções auferem uma remuneração fixa mensal. Os lucros anuais são distribuídos numa base proporcional ao contributo profissional de cada sócio, nos termos da deliberação da Assembleia Geral da sociedade.

8. ENTIDADES DE INTERESSE PÚBLICO CLIENTES DA SROC

Em referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, a sociedade efetuou a revisão legal das contas das seguintes entidades de interesse público:

FCR FAI Portugal Ventures Energias

FCR Portugal Ventures Finicia

FCR Portugal Ventures Global 2

FCR Portugal Ventures Grow And Expand

FCR Portugal Ventures Internacionalização

FCR Portugal Ventures Valor 2

Parque Escolar, E.P.E. (aguarda parecer da CMVM)

ULSBA – Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE

PARPUBLICA (SGPS), S.A.

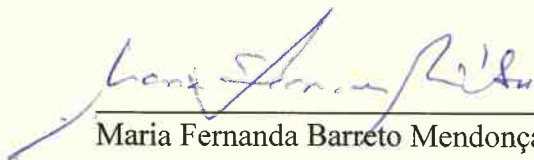
.....

Lisboa, 26 de março de 2020

A Gerência



Luís Manuel da Silva Rosa



Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço